

Lucena busca solução para a dívida pública



Lucena O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) encaminhou ontem à Mesa requerimento solicitando a criação de comissão interna de 13 membros para examinar no prazo de quatro meses a dívida pública interna e propor alternativas para sua solução.

Citando dados da *Folha de S. Paulo*, Lucena expôs sua preocupação com a evolução da dívida, que em fevereiro atingiu US\$ 127 bilhões, ou 19% do PIB, crescendo significativamente desde a implantação do Plano Real. Lucena considera que esse é o calcanhar de Aquiles da crise brasileira, a despeito do sucesso da política econômica no combate à inflação.

Sociedade pode participar em órgãos do Executivo

Senado aprova substitutivo de Francelino Pereira a projeto que assegura participação em colegiados na administração pública

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo a projeto de lei da Câmara dos Deputados que assegura a participação de trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos da administração pública federal. Pela medida, ficam obrigados a comunicar aos interessados, com antecedência mínima de 10 dias, sobre suas reuniões e respectivo temário de discussões e deliberação.

Trabalhadores e empregado-

ções, entidades de classe e sindicatos, poderão enviar às reuniões três representantes, que terão direito a voz na defesa de seus interesses.

De autoria do ex-deputado Ricardo Fiúza, o projeto recebeu parecer favorável na forma de substitutivo do senador Francelino Pereira (PFL-MG). Para o senador, o projeto cria um mecanismo formal e efetivo de participação da sociedade nas tomadas de decisão governamentais, permitindo que "as partes interessadas possam apresentar suas razões e pontos de vista, como também tomar conhecimento dos motivos que nortearão a administração

pública nas suas decisões".

A matéria precisa ainda ser aprovada em turno suplementar para ser enviada à sanção presidencial, após o que o Executivo terá 90 dias para regulamentar a lei.

Senadores cobram reforma agrária

A cobrança de medidas para acelerar o processo de reforma agrária foi feita ontem pelos senadores Iris Rezende, Sebastião Rocha e Ademir Andrade. **Página 7**

Comissão vai ouvir procurador sobre investigações nos bancos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), decidiu ontem convidar o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para falar à comissão sobre o andamento das investigações do Ministério Público relativas a irregularidades detectadas pelo Banco Central em instituições financeiras.

A sugestão do convite foi do senador Wilson Kleinübing

(PFL-SC), na reunião convocada para a exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional. Em princípio, ficou acertado o próximo dia 25 para o depoimento de Brindeiro.

A comissão resolveu também fazer gestões junto ao presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães, para que entre logo em votação o projeto que dispõe sobre a quarentena - período em que um



Malan depõe na Comissão de Assuntos Econômicos

ex-dirigente do Banco Central fica impedido de assumir cargo em instituição financeira privada. O projeto já foi aprovado pelo Senado.

Interpelado pelos senadores, Malan defendeu a regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro nacional. **Página 5**

Aprovado limite a gastos de novos municípios

Despesas com pessoal ficam restritas a 40% das receitas nos 10 primeiros anos. **Página 6**

Wilson destaca papel do Congresso no Orçamento

O senador citou como ponto positivo o encaminhamento de emendas coletivas

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) disse ontem que, com a aprovação da proposta de orçamento deste ano, "o Poder Legislativo concluiu uma das mais importantes, senão a mais importante das suas atribuições". No entanto, considera que o atraso verificado na votação da matéria depõe contra a eficiência desse poder. Para o senador, a culpa não é apenas do



Carlos Wilson

Congresso Nacional, é igualmente do Poder Executivo.

Entre os fatos positivos, Carlos Wilson citou a prioridade quase absoluta conferida às emendas coletivas, quer de bancadas estaduais e regionais, quer de comissões. Em sua opinião, isso é resultado da consciência quase unânime dos parlamentares de que a emenda coletiva é mais forte do que a individual, tornando-se praticamente imune a vetos do Poder Executivo e tendo mais chance de concretizar-se.

Ronaldo Cunha Lima pede transcrição de nota do PMDB

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) pediu ontem a transcrição nos anais do Senado da nota conjunta distribuída na quarta-feira pelo ex-presidente Itamar Franco, atual embaixador do Brasil em Portugal, e pelo presidente do PMDB, deputado Paes de Andrade.

Na nota, Itamar e Paes de Andrade manifestam-se preocupados com a situação econômica, "sobretudo com o grave problema do desemprego e o fechamento de pequenas e mé-



Ronaldo Cunha Lima

dias empresas, esperanças, esperando que medidas governamentais possam reverter, em prazo breve, essa tendência à recessão".

O ex-presidente Itamar Franco e o deputado Paes de Andrade, conforme a nota, entendem "que as reformas constitucionais não devem violar os princípios fundamentais do Estado republicano federativo".

PROGRAMAÇÃO DA AGÊNCIA SENADO/RADIOSAT

- 9h - Sessão não deliberativa do Senado
- 14h30 - Informativo *Senado em Linha Direta*
- 14h35 - *Agenda Senado*
- 19h - *Voz do Brasil*
- 20h10 - Grade de programação para 2ª-feira (15/4/96)

***Obs.:** Para informações de ordem técnica, os interessados devem entrar em contato com a Subsecretaria Técnica e Eletrônica do Senado Federal - Fax.: (061) 311-4540.

Estudante faz mobilização por CPI já

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) decidiu convocar um dia de mobilização nacional em favor da imediata instalação de uma CPI dos Bancos pelo Congresso. A decisão, tomada em reunião realizada ontem pela UBES, em Brasília, foi comunicada ao senador José Sarney pela presidente da entidade, Gislaíne Caresia.

A UBES pretende realizar a mobilização em favor da CPI no dia 8 de maio, com uma paralisação geral dos estudantes em todo o país.

- A nação inteira exige a rigorosa apuração dos fatos, que são gravíssimos, e que, aliados à manutenção dos juros em patamares estratosféricos, transformaram o Brasil no paraíso dos agiotas - afirmou Gislaíne.

AUDIÊNCIA

O presidente do Senado recebeu em audiência, também na tarde de ontem, dirigentes de entidades nacionais e internacionais representativas dos profissionais liberais, entre eles Alayin Tinayre, presidente da União Mundial dos Profissionais Liberais, Sorria Cespedes, da Confederação Latino-Americana, e Luis Eduardo Gautério Gallo, da Confederação Nacional.

Os visitantes comunicaram a Sarney que será realizado no Rio de Janeiro, em 1998, o congresso internacional da categoria.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado



Marluce Pinto

Marluce quer bancada unida no Senado

"A competição pelos recursos federais para estados e municípios é muito mais importante que eventuais divergências regionais", afirmou a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que, refutando denúncias de irregularidades praticadas pelo governo de Roraima, alertou para a necessidade de a bancada do estado no Senado se unir em defesa dos interesses locais.

- Uma CPI que investigou a existência de práticas administrativas em desacordo com a legislação normatizadora de licitações e contratos, no âmbito da prefeitura de Boa Vista, foi considerada motivo suficiente para enxovalhar a imagem do estado, colocando-o perante o povo brasileiro como um reduto de violências, arbitrariedades, perseguições, etc. Em verdade são absolutamente impudentes as acusações - disse Marluce Pinto.

Segundo a senadora, deve-se, ao contrário de denegrir a imagem de Roraima, lembrar os esforços que o governo do estado está desenvolvendo para, "com seus parcos recursos", asfaltar a BR-174 - em atendimento a compromissos do governo federal - e apoiar as comunidades menos favorecidas. Conforme garantiu, o governo de Roraima, adotando uma política de interiorização, está abrindo estradas vicinais, substituindo pontes de madeira por pontes de concreto, implantando sistemas de água tratada em vilas e pequenas cidades.

Requião denuncia ajuda brasileira ao Paraguai

Senador diz que Brasil aceita pelo valor nominal títulos da dívida externa comprados com deságio como pagamento de débitos do país vizinho com a Itaipu Binacional

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que o governo brasileiro está financiando o desenvolvimento paraguaio, ao aceitar bônus da dívida externa como pagamento de dívidas junto à Itaipu Binacional. Esses títulos, conforme afirmou, são adquiridos no mercado internacional com deságio e recebidos pelo valor nominal na quitação do fornecimento de energia ao país vizinho.

Requião disse que agora entende a popularidade do presidente brasileiro nas camadas mais humildes da po-

pulação paraguaia, onde é conhecido como "tio Fernando". "O Paraguai encontra no presidente Fernando Henrique Cardoso um apoio forte para o seu desenvolvimento", assinalou. Aquele país, segundo o senador, tem-se beneficiado da chamada operação Finely, autorizada por medida provisória, que acata títulos da dívida brasileira na quitação dos débitos da Administração Nacional de



Requião: operação autorizada pelo Brasil

Eleticidade (Ande).

Essa operação, revelou Requião - citando matéria do jornal *ABC Color*, do Paraguai -, permitiu o cancelamento de dívida relativa ao

fornecimento de energia em 1993 e 1994, no montante de US\$ 92 milhões. Atualmente, segundo a publicação, a Ande aguarda "sinal verde" para executar a segunda etapa da Finely, no valor de US\$ 80 milhões, relativos à energia fornecida durante o ano passado.

De acordo com Requião, até o momento o governo brasileiro não editou outra medida provisória permitindo nova operação dessa natureza; no entanto, salientou, tramita na Câmara dos Deputados projeto autorizando a negociação de US\$ 310 milhões.

Tuma pede apuração rigorosa do motim em Goiás

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) pediu ontem uma apuração rigorosa da recente rebelião no Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás, quando presos tomaram como reféns a cúpula da Justiça e da Polícia goiana. Segundo o senador, o governador de Goiás, Maguito Vilela, precisa adotar providências para esclarecer os fatos que antecederam a rebelião.

- O problema penitenciário se renova a cada dia. Mas não cabe na cabeça de qualquer pessoa que as autoridades entrem no presídio cujos detentos estão rebeldes no pátio e fiquem à mercê dos bandidos - afirmou Romeu Tuma.

O senador acha que houve um planejamento da ação com o objetivo de criar uma situação de dificuldade para o governador Maguito Vilela. "Se olharmos a lista dos reféns, veremos que não tem ninguém com cara de otário ou ingênuo, para entrar numa cadeia com cinco pre-



Tuma suspeita das intenções

sos rebelados, sem segurança garantida", observou.

APOIOS

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou o discurso de Tuma, acrescentando que "tudo indica que a rebelião naquela prisão não aconteceu por acaso". Ele também foi apoiado pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), que considerou o caso de extrema gravidade, e pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Indulto a presos é arriscado, diz senador

A proposta de indulto que teria sido enviada pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim, ao presidente Fernando Henrique Cardoso, beneficiando presos considerados de bom comportamento e que já tenham cumprido um terço da condenação, foi criticada por Romeu Tuma.

Segundo o senador, a proposta, se aprovada, colocará nas ruas mais de 13 mil presos com pena de até seis anos, condenados basicamente por roubo. "Será que o bom comportamento é um indicativo de que o preso se recuperou?", indagou o senador, para ele mesmo responder: "Jamais". Tuma lembrou que o bom comportamento resulta, na verdade, "da disciplina imposta aos presos, que têm medo do chefe da cadeia".

Tuma informou, ainda, que 80% dos delitos são praticados por reincidentes. O senador sugeriu que, antes de tomar qualquer decisão sobre o indulto, o governo faça um esforço para agregar todas as informações sobre os presos e informar à Justiça se os acusados são primários ou não. "O preso pode ser condenado em vários estados e seu nome figurar apenas na relação de uma delegacia", explicou o senador.

HEMODIÁLISE

Romeu Tuma apresentou requerimento à Mesa do Senado para que seja designada uma comissão de senadores para analisar o caso das mortes de 37 pacientes, ocorridas no tratamento de hemodiálise no Instituto de Doenças Renais de Caruaru (PE).

Congresso é escola dos grandes homens públicos, diz Sarney

Israel Pinheiro "nunca traiu sua missão", afirmou o presidente do Congresso, na sessão em memória do construtor da nova capital

O senador José Sarney afirmou ontem, ao presidir sessão solene do Congresso Nacional comemorativa do centenário de Israel Pinheiro, que o Legislativo brasileiro é a "grande escola dos verdadeiros homens públicos



Sarney preside a sessão em homenagem a Israel Pinheiro

do país", formadora das personalidades e lideranças que mais se destacaram na condução dos destinos da nação e responsáveis pela manutenção da unidade nacional e seu desenvolvimento.

O presidente do Senado lembrou na figura do ex-deputado, ex-governador de Minas, construtor de Brasília e primeiro prefeito da nova Capital o espírito dos verdadeiros homens públicos e políticos que "nunca traíram sua missão".

A memória e o trabalho de Israel Pinheiro foram evocados

pelo deputado Edson Soares (MG), em nome da Câmara, e pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), em nome do Senado. Também falaram na sessão solene os deputados Bonifácio de Andrada (MG) e os governadores Cristovam Buarque, de Brasília, e Eduardo Azeredo, de Minas Gerais.

Em seu pronunciamento, José Roberto Arruda destacou a visão do político mineiro e sua sensibilidade para lançar as bases de um grande esforço nacional pela interiorização do desenvolvimento brasileiro.

A partir de Juscelino e Israel, segundo o senador, o Brasil deixou de olhar para o Atlântico e interrompeu 450 anos de desenvolvimento litorâneo, voltando-se para o interior. A integração e a promoção

do crescimento econômico foram além das montanhas de Minas, ganharam os cerrados do Planalto Central e caminham para o Oeste e a Amazônia, disse José Roberto Arruda.

Também estiveram presentes à sessão solene do Congresso o ministro José Israel Vargas, da Ciência e Tecnologia, o deputado Israel Pinheiro Filho e outros familiares do homenageado, a filha do ex-presidente Juscelino Kubitschek, Márcia Kubitschek, embaixadores, além de deputados e senadores.



Benedita da Silva

Benedita quer continuidade das obras de Sepetiba

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) sugeriu ontem que o governo, para manter coerência com as prioridades por ele definidas no Plano Plurianual (PPA), tem duas alternativas legais para garantir a continuidade das obras do Porto de Sepetiba. Uma delas é remanejar parte dos 20% do Orçamento para essa finalidade, como permite a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), disse. A outra possibilidade é corrigir o que a senadora considera "o maior equívoco cometido neste ano" por ocasião da reformulação na alocação dos recursos orçamentários, prevista para agosto.

Benedita da Silva afirmou que, apesar de constar como prioridade no PPA, o governo "estranhamente não encaminhou, na proposta orçamentária, o que havia combinado com a bancada do Rio de Janeiro, algo em torno dos 30 milhões".

No projeto do Orçamento para 1996 estavam previstos menos de R\$ 18 milhões, quantidade insuficiente, segundo a senadora, para dar início à segunda etapa das obras do porto. A bancada do Rio de Janeiro apresentou então emenda dotando mais R\$ 14 milhões para a obra, rejeitada por motivos técnicos na Comissão Mista de Orçamento e no plenário do Congresso, disse.

Para a senadora, o Orçamento acabou descumprindo as prioridades do PPA e contrariando a LDO, como é o caso dos R\$ 20 milhões destinados ao Porto do Ceará, "cujas obras nem foram iniciadas".

Amorim: reeleição exige mais controle sobre o Executivo

Um debate claro e aberto sobre a reeleição do presidente da República foi proposto pelo senador Ernandes Amorim (PMDB-RO), por entender que as instituições brasileiras não estão preparadas para a fiscalização dos atos de um Poder Executivo que, a seu ver, trabalha com aquela perspectiva e goza de liberdade indevida.

Ernandes Amorim disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso, "em seu afa de reeleição," está levando o Brasil à bancarrota e conduzindo seu governo para atender os financiadores da

sua futura campanha: "os bancos". Para o senador, "uma coisa é atender os compromissos de campanha, outra coisa bem diferente é firmar novos compromissos, com vistas à reeleição", quando as leis brasileiras não prevêem tal hipótese e o país não dispõe, portanto, de um sistema eficaz de controle das ações daí resultantes.

Ernandes Amorim acredita que o Senado está sendo vítima de campanha difamatória veiculada por órgãos de imprensa interessados "em bajular o Executivo", com vistas a atingir o presidente da



Ernandes Amorim

Casa. Esse seria, no seu entender, o caso das denúncias sobre a compra de carros novos pela instituição, já que a frota anterior tinha mais de 10 anos de uso e os veículos são usados para atender necessidades oriundas da representatividade parlamentar.

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Malan discute com senadores nova legislação

Ao ouvir sugestão de mudanças nas leis para a área, ministro defende a regulamentação do artigo 192 da Constituição, com a obrigatoriedade de o Banco Central prestar contas ao Congresso

A regulamentação do artigo da Constituição que trata do sistema financeiro nacional - objeto de um grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos - foi defendida ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, em depoimento na CAE.

Malan fez a sugestão depois de ouvir o líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), elogiar o encaminhamento ao Ministério Público, pelo Banco Central, das conclusões da comissão de inquérito sobre o caso Nacional, e defender uma nova legislação sobre o sistema financeiro.

O ministro sugeriu, como pontos dessa regulamentação, o estabelecimento de mandato para presidente e diretores do BC; obrigatoriedade de o banco oficial prestar contas ao Congresso Nacional; e definição da primeira responsabilidade do Banco Central: a de assegurar estabilidade à moeda.

PROER

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) cobrou do ministro da Fazenda uma estimativa dos gastos do Proer, tendo Malan explicado não ser possível calcular, *a priori*, o custo efetivo de uma operação dessa natureza. Respondendo a indagação do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sobre a expansão da base monetária, o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, informou que o impacto das operações do Proer sobre a base monetária tinha sido de R\$ 2 bilhões.

Por sua vez, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) procurou saber os prejuízos que o contribuinte terá que assumir com as operações conduzidas pelo Banco Central, e o ministro da Fazenda garantiu que maior prejuízo haveria se o governo se omitisse.



Senadores ouvem o depoimento de Malan na Comissão de Assuntos Econômicos

Econômico gera polêmica

Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou esclarecimentos sobre processo administrativo instaurado em 1992 contra o Excel pela fiscalização do Banco Central. O ministro respondeu que nenhum grande banco está isento de irregularidades numa determinada agência, e o presidente do BC acrescentou que a punição máxima a ser aplicada nesse processo contra o Excel é multa.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) manifestou-se satisfeito com a solução encontrada para o Econômico, e defendeu a necessidade de fortalecimento do sistema financeiro e do poder de fiscalização do Banco Central.

Ao pedir a palavra para res-

ponder a citação feita a seu nome por Antonio Carlos Magalhães, que o situava como intérprete de "plantadores de notícias", Eduardo Suplicy afirmou ter ouvido o próprio funcionário autor do relatório que apontava os ilícitos cambiais atribuídos ao banco Excel.

Em sua exposição na Comissão de Assuntos Econômicos, o ministro Pedro Malan disse que o contrato para a reabertura do Banco Econômico deverá ser formalizado no próximo dia 29 ou 2 de maio. O governo destinará R\$ 750 milhões do Proer para a operação. O novo banco terá o nome de Excel Econômico, com capital de aproximadamente R\$ 500 milhões e sede em Salvador.

Solução à vista para Pernambuco

O ministro Pedro Malan aproveitou para dizer que o caso do Banco Mercantil de Pernambuco, submetido ao regime de intervenção, poderá ser resolvido com uma variante do contrato utilizado para o Econômico. Disse ainda que há um "com-

prador firme", antevendo-se também solução para o Banco Comercial, de São Paulo.

Na sua interpelação, Joel de Hollanda (PFL-PE) havia pedido ao ministro da Fazenda solução para o caso do Banco Mercantil.

Banespa, sem privilégio

Ao abordar a solução sobre o Banespa, o ministro da Fazenda negou existir tratamento privilegiado para São Paulo e dispôs-se a discutir com qualquer governador acordos semelhantes a daquele banco, em que metade da dívida será paga pelo estado, através da venda de ativos, ficando a outra metade como objeto de refinanciamento a longo prazo com as seguintes garantias: arrecadação do ICMS e das quotas do Fundo de Participação e 51% das ações do banco, com direito a voto.

Roberto Requião (PMDB-PR) procurou saber também, dizendo atender pedido do governador Jaime Lerner, se o governo do seu estado poderia contar com condições semelhantes oferecidas ao Banespa para a reabertura do Banco de Desenvolvimento do Paraná. O ministro da Fazenda afirmou estar disposto a dialogar com qualquer governador.

Coutinho presidirá encontro de Comissão do Parlatino

Parlamentares discutem hoje e amanhã, em São Paulo, um plano de educação para o desenvolvimento e a integração dos países latino-americanos

Suassuna quer controle sobre anabolizantes

A venda de medicamentos do grupo terapêutico dos esteróides ou peptídeos anabolizantes para uso humano estará restrita à apresentação e retenção, pela farmácia ou drogaria, da cópia de receita emitida por médico ou dentista devidamente registrados. A exigência está prevista em projeto de lei do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apresentado ontem, com o objetivo de coibir os abusos na utilização de produtos dessa categoria.

O projeto prevê a completa identificação do profissional que prescrever a droga,



Suassuna

bem como do usuário, e a menção do número do Código Internacional de Doenças (CID), com a obrigatoriedade de a farmácia reter a receita pelo período de cinco anos. A inobservância dos procedimentos previstos configurará infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437/77, sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis.

De acordo com Suassuna, esteróides e anabolizantes vêm sendo usados de maneira imprópria com resultados devastadores, sobretudo pelos fisiculturistas. A iniciativa visa à salvaguardar a população, por meio da elevação do nível de controle sobre a dispensação (concessão) e venda desses produtos, utilizados também pelos jovens, o que coloca em risco o próprio futuro da nação, justificou o senador.



Coutinho Jorge: plano de educação será apresentado à Unesco

Aprovado limite a gastos municipais

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei de autoria do senador Freitas Neto (PFL-PI) que limita os gastos de pessoal dos municípios que vierem a ser criados em 40% das receitas correntes líquidas, nos dez primeiros anos de sua emancipação. Os outros municípios continuam podendo gastar até 65% com sua folha de salários. O projeto ainda deve ser votado pela Câmara dos Deputados.

AUTORIZAÇÕES

O Senado aprovou ainda autorização para o governo federal conceder garantia, e o Estado de Minas Gerais, contraguarantia, a operação de crédito externo a ser firmada entre a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no valor de 20 milhões de marcos alemães.

A senadora Júnia Marise (PDT-MG), informou que o empréstimo permitirá inves-



Freitas Neto

timentos na eletrificação rural e urbana do Vale do Jequitinhonha, região em que dois terços da população não têm acesso à energia elétrica.

Em outra decisão, o plenário do Senado autorizou o governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro (LFTRS) cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária estadual com vencimento no 1º semestre de 1996.

O governo federal foi autorizado, também, a criar a Escola Técnica Federal de Picos, no Estado do Piauí.

ACORDO

Foi aprovado texto de acordo de cooperação técnica no domínio militar entre os governos brasileiro e de Cabo Verde, celebrado em dezembro de 1994. Pelo acordo, a cooperação compreenderá ações de formação de pessoal, fornecimento de material e prestação de serviços.



Júnia Marise

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) preside hoje e amanhã, no Memorial da América Latina, em São Paulo, reunião da Comissão Permanente de Assuntos Culturais, Educação, Ciência e Tecnologia do Parlamento Latino-Americano (Parlatino). O objetivo do encontro é debater um Plano de Educação para o Desenvolvimento e a Integração da América Latina.

O senador informou ontem que o plano a ser debatido pela comissão será apresentado durante a Conferência de Ministros de Educação da América do Sul e Caribe, em Kingston, na Jamaica, entre os dias 13 e 17 de maio, numa promoção da Unesco. Coutinho Jorge foi eleito presidente da Comissão de Assuntos Culturais, Educação, Ciência e Tecnologia do Parlatino no ano passado.

Conforme esclareceu Coutinho Jorge, o Parlatino é uma organização regional, permanente e unicameral, integrada pelos parlamentos nacionais da América Latina, eleitos mediante o voto popular. Entre seus objetivos estão a defesa da democracia; a integração latino-americana; a não-intervenção; a autodeterminação dos povos para optar pelo sistema político, econômico e social que livremente decidam; e a pluralidade política e ideológica como base de uma comunidade latino-americana democrática.

O Parlatino visa ainda à igualdade jurídica dos Estados; reprovação à ameaça e ao uso da força contra a independência política e a integridade territorial dos estados; solução pacífica, justa e negociada das controvérsias internacionais e preponderância dos princípios do Direito Internacional referentes às relações de amizade e a cooperação entre Estados, em conformidade com a Carta da Organização das Nações Unidas.

REFORMA AGRÁRIA**Iris adverte governo para gravidade da pobreza rural**

Só a aceleração do processo da reforma agrária evitará a ação de agitadores e sem-terra profissionais, alerta o senador goiano

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) pediu ontem ao governo que dê mais atenção ao problema da pobreza rural "se não quiser ver agravados os conflitos sociais no campo e o inchaço dos centros urbanos". Depois de defender a reforma agrária, o senador advertiu que o Incra sozinho não conseguirá assentar, até 1998, as 280 mil famílias, conforme prometeu o presidente Fernando Henrique Cardoso. "É preciso que todo o governo entre na reforma agrária", disse.

O caminho para conter as invasões de terras no país, conforme Iris Rezende, passa por maior rapidez na reforma agrária. "Assim se conterá a ação de agitadores e eventuais sem-terra profissionais", observou. O senador encaminhou



Iris Rezende

requerimento à Mesa para que o Ministério da Agricultura forneça números corretos sobre os assentamentos realizados no ano passado e o que está sendo feito para assentar 60 mil famílias só neste ano.

Ex-ministro da Agricultura, Iris Rezende defendeu que o governo dê mais valor aos Ti-

tulos da Dívida Agrária (TDAs), usados para indenizar fazendas desapropriadas para a reforma agrária. Apresentou ainda uma alternativa à tradicional e simples distribuição de terras: que o governo financie a implantação de pivôs centrais de irrigação nos assentamentos.

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), em aparte, afirmou que "ninguém tem o direito de possuir terras e não explorá-las. Qual a penalidade que deve ser aplicada a quem compra terras mas nada produz?".

Casildo Maldaner (PMDB-SC) ponderou que o governo precisa ajudar os pequenos proprietários, senão eles podem acabar engordando o movimento dos sem-terra.



Ademir Andrade

Ademir: luta pela terra vai dar resultado

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra será "a água mole que vai furar a pedra dura e conquistar a reforma agrária". Para o senador, a reforma agrária "daria outra realidade à história brasileira". No entanto, disse, o governo não tem mostrado sensibilidade para o problema.

Ademir lembrou que a maioria das terras no país continua na mão de poucos, "com incentivos do Estado, que não deixa de ser dinheiro do contribuinte". Reportando-se à liberação de US\$ 20 bilhões para serem aplicados em projetos agrícolas desenvolvidos por empresas no Norte do país, afirmou que os recursos foram desviados pelos beneficiados para outras regiões. Conforme o senador, quase todas as terras no Pará pertencem a banqueiros e empresas.

O senador informou que participa hoje, na região sul do Pará, da entrega de máquinas e equipamentos agrícolas para as associações de pequenos produtores rurais do Projeto Assentamento Tucumã, mediante financiamento coletivo do Proceca.

Rocha apóia movimento dos sem-terra e de estudantes

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apoiou ontem o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, destacando que esse é um dos poucos segmentos da sociedade que tem força para se indignar contra o modelo de desenvolvimento do governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo o senador, há uma apatia da sociedade em confrontar as ações governistas.

Ele afirmou que o Movimento dos Sem-Terra "tem influenciado o espírito dos brasileiros que tentam reagir contra o poder econômico que está maltratando e dizimando os mais fracos, num alento de que a sociedade está atenta aos atos do governo".



Sebastião Rocha

O senador destacou que os estudantes estão ao lado do movimento e disse esperar que os servidores federais também reajam às pressões que estão sofrendo.

Para Sebastião Rocha, o governo, "que deveria patrocinar um equilíbrio entre o capital e o trabalho, abandonou o traba-

lho". Ele criticou a não-concessão de reajuste salarial dos servidores federais na data-base. Para Rocha, o mínimo que o governo deveria conceder seria 25%, a inflação do ano passado.

O senador comentou ainda que o processo orçamentário teve uma grande evolução em relação aos anos anteriores, assinalando que o Congresso deve se mobilizar para promover a alteração das regras da execução orçamentária: "A lei do orçamento não pode ser totalmente autorizativa. Uma parte dela deve ser mandatória, para obrigar a execução de determinados programas".

O orçamento, historicamente, não tem cumprido seu papel: promover a redução das desigualdades regionais - afirmou.

Miranda sugere estudo para criar Ministério da Defesa

Segundo senador, falta harmonia nos planos e ações das três forças armadas, obrigando-as a competir por recursos escassos

A realização de estudos sobre a conveniência da criação de um Ministério da Defesa no país foi sugerida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), preocupado com o impasse no pensamento estratégico brasileiro que, segundo disse, pôde observar durante o período em que foi relator do Projeto Sivam.

Para o senador, tal impasse se reflete na ausência de um marco teórico que harmonize os planos e ações das três forças armadas, obrigando-as a competir entre si por recursos orçamentários já escassos.

A questão básica, no entender

de Gilberto Miranda, resulta do "vácuo doutrinário que se estabeleceu no conceito estratégico nacional a partir do final da chamada guerra fria. Até então, a seu ver, o quadro da rivalidade Leste/Oeste, "desenvolvida sob a égide do equilíbrio do terror nuclear", compelia as forças armadas de países periféricos, como o Brasil, a um papel secundário de segurança interna. No plano externo, a idéia era manter a aliança



Gilberto Miranda

ocidental comandada pelos Estados Unidos.

Gilberto Miranda afirmou que até hoje está sem resposta pergunta sobre o que Forças Armadas fariam depois de derrotar a subversão. "Nem mesmo a Guerra das Malvinas, em 1982, que implodiu o Tratado Interamericano de Segurança Recíproca (Tiar), forneceu motivação para uma reconceitualização estratégica brasileira", observou.



Luiz Alberto

Luiz Alberto homenageia ministro do TCU

O senador Luiz Alberto (PTB-PR) homenageou o ex-ministro Olavo Drummond, que se aposentou recentemente no Tribunal de Contas da União (TCU), salientando que "em meio século de vida pública ele ocupou as mais importantes funções, como as de procurador da República e da Fazenda Nacional, deputado estadual e federal, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, finalmente, a de ministro da mais alta Corte de Contas do país".

Destacou Luiz Alberto que Olavo Drummond é "humanista e talentoso literato, e membro da Academia Mineira de Letras, onde ocupou a vaga deixada por outro mineiro ilustre, Tancredo de Almeida Neves".

O senador pediu a inclusão, nos Anais do Senado, dos discursos proferidos pelos ministros Ademar Paladini Ghisi e Olavo Drummond na sessão especial do TCU do dia 20 de março, em homenagem ao ministro que se aposentava.

Nova versão de CD-Rom do Senado traz toda a legislação brasileira

Uma nova versão do CD-ROM *Legislação Brasileira* estará disponível ao público a partir da próxima quarta-feira, dia 17, quando o disco será lançado pelo presidente do Senado, José Sarney. O CD-ROM reúne toda a legislação brasileira federal e as informações constantes da Bibliografia Brasileira de Direito (BBD).

Atendendo à política de incentivo à ampla disseminação de informações adotada pela atual Mesa Diretora do Senado, exemplares do CD-ROM serão doados a bibliotecas cadastradas e poderão ser adquiridos na

Subsecretaria de Edições Técnicas da Casa, ao preço de R\$ 65,00 a unidade.

TEXTOS INTEGRAIS

Essa nova versão - elaborada pelas Subsecretarias de Análise e de Biblioteca da Secretaria de Documentação e Informação do Senado, em conjunto com o Centro de Informática e Processamento de Dados da Casa (Prodasen) - contém o texto integral da Constituição brasileira, leis complementares, ordinárias e delegadas, medidas provisórias e resoluções do Senado com vigência a partir de 1º de janeiro de 1988.

O compact-disc incorpora recursos de multimídia que facilitarão a consulta às quase 130 mil referências a normas jurídicas (leis, decretos-leis e decretos) editadas de 1946 a 1995. O CD-ROM inclui ainda os textos integrais da CLT, da Lei Orgânica dos Partidos, da Lei do Inquilinato, da Lei dos Estrangeiros, dos Estatutos da Terra e dos Índios, dos Códigos de Processo Civil, Tributário Nacional, Eleitoral e de Defesa do Consumidor. Estarão disponíveis, também, mais de 50 mil indicações da BBD, monografias e artigos publicados em jornais.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Testonio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helivaldo Rios ■ Coordenador de

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal